



Instituto de Previdência Municipal dos Servidores
Públicos do Município de Viçosa
“A nossa segurança começa aqui”

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

15:58 18/03/2019 03:25:20 RECEITURA MUN. VIÇOSA-PROTÓCOLO


Marlene Zalsman Gomes Cruz

Viçosa/MG
Março / 2019

The logo for IPREVI (Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa) is displayed in large, bold, green letters. The letters are slightly shadowed, giving them a 3D appearance. The background behind the logo is a green and white abstract design.

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores

Públicos do Município de Viçosa

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

"A nossa segurança começa aqui"

IPREVI – Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa

Viçosa/MG
Março / 2019

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores
Públicos do Município de Viçosa
CNPJ: 05.665.754/0001-84
Tel.: (31) 3891-9009 | (31) 3891-3772 | (31) 3891-6310

Avenida P.H. Rolfs, 81 | 3º andar | Sala 301
Centro | CEP 36570-000 | Viçosa-MG
E-mail: iprevivicosa@gmail.com
Site: www.iprevivicosa.mg.gov.br



Instituto de Previdência Municipal dos Servidores
Públicos do Município de Viçosa
“A nossa segurança começa aqui”

Gestor responsável pela entidade

EDIVALDO ANTONIO DA SILVA ARAUJO

CPF: 983.642.866-68

Integrantes do Controle Interno

CÁSSIA MARIA LOPES SALGADO

CPF: 051.751.696-96

SEBASTIÃO ADILSON FRANCO

CPF: 805.040.946-53

DÊNIO JOSÉ VIANA

CPF: 423.584.426-15

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do fundo próprio de previdência foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos. Procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, inclusive de exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e do patrocinador.

11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.

12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuária.
13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.
14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.
15. Atendimento aos artigos 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS nº 4.992/99/ Artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS 402/2008.
16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da IN nº 09/2008.
17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.
18. Informação do valor do déficit do Instituto.
19. Informação dos valores recebidos da Prefeitura, Câmara, IMAS, SAAE e IPREVI
20. Conclusão

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, artigos 63 a 66 da Lei Complementar nº 10/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 09/2008 do TCE/MG, ao artigo 66 da Lei Municipal, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício de 2018.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2018 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2018, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar que a meta atingida foi a meta proposta.

Também se considerou a arrecadação das receitas do Instituto como suficiente para realizar todos os programas/ações definidos no PPA, embora constatasse que os repasse das contribuições previdenciárias dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Viçosa do Fundo Previdenciário, no período de setembro a novembro de 2018, não foram efetuados dentro do exercício financeiro. Observa-se que a taxa de administração, do período de setembro a novembro também não foram repassadas no exercício de 2018. Nota-se que as competências mencionadas acima apresentam data de vencimento dentro do próprio ano.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando desta forma a elaboração da LOA.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

Quadro 01

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO								
EXERCÍCIO DE 2018								
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR		% REALIZADO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
RECOLHIMENTO DO PASEP - FF	X		X			140.000,00	106.660,09	0,474
SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X			17.000,00	6.636,08	0,029
RECOLHIMENTO DO PASEP - FP	X		X			75.000,00	65.511,03	0,291
SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X		X			10.000,00	2.955,64	0,013
MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. - FF	X		X			258.000,00	204.679,39	0,909
PAGAMENTOS DE PESSOAL E ENCARGOS - FF	X		X			533.000,00	527.725,62	2,344
REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - FF	X			X		15.000,00	0,00	0,00

MANUT. COMITE DE INVESTIMENTOS E CONSELHOS - FF	X		X		35.000,00	17.560,60	0,078
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES - FF	X		X		54.000,00	38.323,02	0,170
HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FF	X		X		10.000,00	2.332,40	0,010
DIVULGAÇÃO SOCIAL - FF	X		X		7.000,00	2.756,69	0,012
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP. - FP	X		X		20.000,00	5.880,00	0,026
ADEQUAÇÕES E REPAROS NA SEDE DO INSTITUTO - FP	X		X		12.000,00	422,60	0,002
MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. - FP	X		X		142.000,00	99.273,39	0,441
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - FP	X		X		285.000,00	232.297,01	1,032
REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - FP	X			X	8.000,00	0,00	0,00
MANUT. COMITE DE INVESTIMENTOS E CONSELHOS - FP	X		X		20.000,00	9.437,71	0,042
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - FP	X		X		30.000,00	17.081,74	0,076
HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FP	X		X		5.000,00	1.097,60	0,005
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS AOS SERVIDORES - FP	X			X	2.000,00	0,00	0,00
DIVULGAÇÃO OFICIAL - FP	X		X		3.000,00	1.297,31	0,006
MANUTENÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - FF	X		X		15.678.000,00	16.134.985,19	71,662
MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FF	X		X		2.600.000,00	2.361.387,24	10,488
PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X		150.000,00	859,17	0,004
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FF	X		X		50.000,00	114,46	0,001
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO FAMÍLIA - FF	X		X		4.000,00	186,42	0,001
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA - FF	X		X		1.150.000,00	1.226.090,63	5,446
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO MATERNIDADE - FF	X		X		20.000,00	9.198,41	0,041
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO RECLUSÃO - FF	X			X	15.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - FP	X		X		465.000,00	603.679,01	2,681
MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FP	X		X		135.000,00	146.939,48	0,653

PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X		X		100.000,00	497,15	0,002
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FP	X		X		30.000,00	1.143,32	0,005
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO FAMÍLIA - FP	X		X		45.000,00	14.997,30	0,067
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA - FP	X		X		700.000,00	611.649,86	2,717
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO MATERNIDADE - FP	X		X		230.000,00	59.988,69	0,266
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO RECLUSÃO - FP	X		X		20.000,00	1.644,19	0,007
RESERVA DE CONTIGÊNCIA - FF	X			X	20.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA - FP	X			X	20.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS - FP	X			X	6.477.000,00	0,00	0,00
TOTAL					29.590.000,00	22.515.288,44	100,00%

As ações executadas pelo Instituto Municipal de Previdência no exercício de 2018 foram predominantemente voltadas à manutenção dos pagamentos de aposentadorias, pensões, bem como os demais benefícios e despesas com manutenção administrativa.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios dos segurados, equacionando-as com os recursos disponíveis no Instituto.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA, para o exercício financeiro de 2018, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº. 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria nº 163/01 Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da **Lei Municipal n.º 2.677 de 21 de dezembro de 2017**.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes neste Instituto e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão das contribuições patronais e dos servidores;
- A expansão do número de segurados;
- As alterações na remuneração dos segurados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- As demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A fixação da reserva orçamentária;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Instituto foi, portanto, estimada em R\$ 17.590.000,00 (dezesete milhões quinhentos e noventa mil reais) e a despesa foi fixada em R\$ 29.590.000,00 (vinte e nove milhões quinhentos e noventa mil reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 02

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2018			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	17.590.000,00	Despesas Correntes	23.052.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	21.000,00
Repasse a Receber	0,00	Reserva de Contingência	0,00
		Reserva Orçamentária do RPPS	6.517.000,00
TOTAL	17.590.000,00	TOTAL	29.590.000,00

A proposta orçamentária do Instituto foi apresentada com desequilíbrio decorrente da insuficiência financeiras da Gestão Previdenciária do Fundo Financeiro devido às receitas não serem suficientes para arcar com despesas do Plano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

[Assinatura]
9 *[Assinatura]*

Quadro 3

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL EXERCÍCIO DE 2018			
PLANO	PREVISÃO	FIXAÇÃO	DIFERENÇA
Gestão Previdenciária Fundo Financeiro	R\$ 7.667.000,00	R\$ 19.667.000,00	-R\$ 12.000.000,00
Gestão Previdenciária Fundo Previdenciário	R\$ 8.202.000,00	R\$ 8.202.000,00	R\$ 0,00
Gestão Administrativa Fundo Financeiro	R\$ 1.089.000,00	R\$ 1.089.000,00	R\$ 0,00
Gestão Administrativa Fundo Previdenciário	R\$ 632.000,00	R\$ 632.000,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 17.590.000,00	R\$ 29.590.000,00	-R\$ 12.000.000,00

A diferença apresentada na LOA do exercício de 2018 será repassada ao Instituto pelos Órgãos do Poder Executivo – Administração Direta e Indireta – e Poder Legislativo que apresentam insuficiência financeira através do levantamento mensal das receitas e despesas previdenciárias, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2018	
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA	R\$ 9.480.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA	R\$ 120.000,00
SERVIÇO AUT. ÁGUA E ESG. DE VIÇOSA	R\$ 2.400.000,00
TOTAL	R\$ 12.000.000,00

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentam insuficiências financeiras, portanto, não apresenta programação de transferência financeira para cobertura da insuficiência financeira.

4.2. Do Orçamento

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, os quais foram encaminhados ao Poder Executivo para consolidação.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Instituto.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Nestes aspectos, a programação financeira – receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2018;

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2018;

Após elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as

realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta entidade em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 05

RECEITA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	SALDO (R\$)
Receitas Correntes (I)	17.590.000,00	17.590.000,00	17.487.699,73	-102.300,27
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em exerc. Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (IV) = (I+II+III)	17.590.000,00	17.590.000,00	17.487.699,73	-102.300,27
Operações de crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (VI) = (IV + V)	17.590.000,00	17.590.000,00	17.487.699,73	-102.300,27
Déficit (VII)			5.027.588,71	
TOTAL (VIII) - (VI + VII)	17.590.000,00	17.590.000,00	22.515.288,44	4.925.288,44

DESPESA						
TÍTULOS	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes (IX)	23.052.000,00	24.412.000,00	22.509.408,44	22.509.381,54	22.251.303,50	1.902.591,56
Despesas de Capital (X)	21.000,00	21.000,00	5.880,00	5.880,00	5.880,00	15.120,00
Reservas	6.517.000,00	5.157.000,00	0,00	0,00	0,00	5.157.000,00
Subtotal das Despesas	29.590.000,00	29.590.000,00	22.515.288,44	22.515.261,54	22.257.183,50	7.074.711,56
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento	29.590.000,00	29.590.000,00	22.515.288,44	22.515.261,54	22.257.183,50	7.074.711,56
Superávit			0,00			
TOTAL	29.590.000,00	29.590.000,00	22.515.288,44	22.515.261,54	22.257.183,50	7.074.711,56

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$17.590.000,00 (dezessete milhões quinhentos e noventa mil reais) e efetivamente a arrecadação totalizou o montante de R\$ 17.487.699,73 (dezesseis milhões quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e noventa e nove reais e setenta e três centavos) ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no Instituto no valor de R\$102.300,27 (Cento e dois mil trezentos reais e vinte e sete centavos). O valor fixado da despesa para o exercício foi de R\$29.590.000,00 (vinte e nove milhões quinhentos e noventa mil reais) e a execução da despesa totalizou em R\$22.257.183,50 (vinte dois milhões duzentos e cinquenta e sete mil cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos), apresentando uma diferença de R\$ 7.074.711,56 (Sete milhões setenta e quatro mil setecentos e onze reais e cinquenta e centavos). Dessa forma foi apurando um déficit de R\$ 5.027.588,71 (cinco milhões vinte e sete mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos).

4.4. Taxa de Administração

Quadro 06

DESPESA COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2018	
TÍTULOS	R\$/%
Valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativamente ao exercício financeiro anterior (A)	69.238.618,78
Gastos com despesas administrativas do Fundo de Previdência (B)	1.341.927,92
Percentual despendido com taxa de administração (C = B / A * 100)	1,90%
Limite máximo permitido	2%

Conforme determina o inciso I, do art. 15, da Portaria MPAS nº 402 de 10/12/2008, que regulamentou a Lei nº 9.717/1999 e § 1º do art. 148 da Lei Municipal nº 2.366/2014 foi observado que o limite máximo da taxa de administração é de 2% (dois por cento) em relação ao total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior.

As despesas custeadas com a taxa de administração observaram a orientação do Ministério da Previdência que esclareceu que podem ser custeadas pela taxa de administração todas as despesas administrativas, ou seja, aquelas que representam os gastos para a gestão do RPPS, beneficiando todas as fases do seu objeto social, tais como as despesas com pessoal, utilidades e serviços, despesas gerais e taxas. No exercício de 2018 o percentual despendido foi de 1,90% respeitando o limite de 2%.

4.5. Créditos Adicionais

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal do Brasil e respeitam o limite autorizado na Lei nº 2.611 – Lei

Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 que é até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante no orçamento. Os créditos adicionais atingiram o valor de R\$ 1.409.000,00 (Um milhão quatrocentos e nove mil reais), foi utilizado à anulação como fonte de recursos e o montante representa 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento) do valor do orçamento para o exercício de 2018.

Quadro 07

CRÉDITOS ADICIONAIS

BASE DE CÁLCULO	CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS (30%)	CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS
R\$ 29.590.000,00	R\$ 8.877.000,00	R\$ 1.409.000,00
% REALIZADO	-	4,80%

Ressalta-se que os créditos adicionais abertos foram regulamentados por Decreto Executivo, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 08

CRÉDITOS ADICIONAIS - EXERCÍCIO DE 2018

DATA	Nº DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			FUNTE DE RECURSOS
		SUPLEMENTAR	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIO	ANULAÇÃO
31/07/2018	5.231	R\$ 19.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.000,00
24/09/2018	5.247	R\$ 1.090.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.090.000,00
13/12/2018	5.275	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00
TOTAL	-	R\$ 1.409.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.409.000,00

4.6. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

Quadro 09

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA
EXERCÍCIOS DE 2016, 2017 e 2018.

EXERCÍCIOS	2016		2017			2018		
	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	16.487.618,23	112,85	16.310.719,20	98,93	100,00	17.487.699,73	107,20	100,00
Receitas de Capital	0,00	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.487.618,23	100,00	16.310.719,20	98,93	100,00	17.487.699,73	107,20	100,00

Constatou-se que as receitas correntes participaram com 100% (cem por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital o percentual de 0,00% (zero por cento). Ressalta-se que houve acréscimo na arrecadação das receitas em 2018 em relação a 2017.

4.7. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 10

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA
EXERCÍCIOS DE 2016, 2017 e 2018.

EXERCÍCIOS	2016		2017			2018		
	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	15.893.401,35	99,90	19.221.902,11	120,90	99,90	22.509.408,44	117,10	99,90
Despesa de Capital	10.984,00	0,10	12.927,95	117,70	0,10	5.880,00	45,50	0,10
TOTAL	15.904.385,35	100,00	19.234.830,06	120,90	100,00	22.515.288,44	117,10	100,00

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos com a categoria econômica elevaram nos últimos anos. Isto se justifica devido reposição salarial, aumento nos preços de bens e serviços em geral, além dos aumentos significativos de pagamento de benefícios previdenciários.

15

4.8. Reserva de contingência

A reserva de contingência no exercício de 2018 foi de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), sendo R\$ 20.000,00 para a Gestão Administrativa do Fundo Financeiro e R\$ 20.000,00 para a Gestão Administrativa do Fundo Previdenciário. A reserva do Fundo Financeiro foi utilizada como fonte de recurso para realizar créditos suplementares de dotações orçamentárias para pagamento de despesas administrativas do Instituto, ou seja, parte dos créditos orçamentários da reserva foram anulados com o objetivo de reforçar outra dotação orçamentária.

4.9. Reserva orçamentária

A reserva orçamentária do RPPS é composta pelos ingressos previstos no exercício que ultrapassam as despesas fixadas, ou seja, são as receitas estimadas sem a expectativa de realização no ano corrente e é destinada a garantir desembolsos futuros. Isso ocorre quando a receita estimada é superior às despesas fixadas para o exercício. A reserva orçamentária foi estimada para a Gestão Previdenciária do Fundo Previdenciário do Instituto no valor de R\$ 6.477.000,00 (Seis milhões quatrocentos e setenta e sete mil reais) e foi anulado o montante de R\$ 1.340.000,00 (Um milhão trezentos e quarenta mil reais) como fonte de recurso para realizar créditos suplementares de outras dotações orçamentárias para pagamento de benefícios previdenciárias do Instituto.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

5.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no exercício de 2018, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2018 assim se processou:

Quadro 11

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2018			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	17.487.699,73	Orçamentários	22.515.288,44
Transf. Fin. Recebidas	11.825.494,55	Transf. Fin. Concedidas	0,00
Extra-Orçamentários	5.558.367,09	Extra-Orçamentários	5.446.197,73
Disponível no Período Anterior	39.482.661,79	Disponível Período Seguinte	46.392.736,99
TOTAL	74.354.223,16	TOTAL	74.354.223,16

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Foram feitas retenções, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra-orçamentária e o produto repassado ao Órgão competente;
- As aplicações financeiras foram efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010 e os rendimentos foram registrados como receita orçamentária patrimonial;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir as metas mensais de arrecadação (previsto e realizado).

Quadro 12

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO		
2018		
Meses	Receitas Previstas (R\$)	Receitas Arrecadadas (R\$)
Janeiro	1.619.860,00	1.253.203,04
Fevereiro	1.350.960,00	1.635.650,69
Março	1.360.360,00	1.360.132,64
Abril	1.363.210,00	3.477.915,99
Maior	1.359.910,00	495.658,17
Junho	1.373.200,00	1.129.587,30
Julho	1.375.000,00	1.542.982,39
Agosto	1.379.500,00	1.546.452,17
Setembro	1.390.000,00	1.042.403,74
Outubro	1.395.350,00	1.899.035,55
Novembro	1.402.650,00	933.971,84
Dezembro	2.220.000,00	1.170.706,21
TOTAL	17.590.000,00	17.487.699,73

As receitas arrecadadas atingiu 99,40% da previsão realizada para o exercício de 2018. As metas de arrecadação foram distribuídas com base na média de arrecadação mensal dos exercícios anteriores. Os valores efetivamente arrecadados diferem consideravelmente em alguns meses em virtude das contribuições previdenciárias serem arrecadadas após a data de vencimento.


17

5.2. Disponibilidade de caixa

As disponibilidades de caixa do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa foram depositadas somente em bancos de primeira linha, permanecendo depositadas em contas separadas das demais disponibilidades do Ente e sendo aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não tendo sido feitas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município ou empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

Ressalta-se que os investimentos foram efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Política de Investimentos para o exercício e devidamente registrada na Secretaria de Previdência.

Demonstração dos saldos bancários Dezembro de 2018

- ✓ Disponibilidades Financeiras: R\$ 198.681,02
- ✓ Aplicações do RPPS: R\$ 46.194.055,97
- ✓ Total dos recursos: R\$ 46.392.736,99

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

O Comparativo Patrimonial demonstra a posição patrimonial do Instituto no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial – patrimônio líquido, comparando-se as movimentações patrimoniais entre os exercícios de 2017 e 2018.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2017 e 2018					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2017 (R\$)	2018 (R\$)	TÍTULOS	2017 (R\$)	2018 (R\$)
Circulante	42.846.940,17	49.471.380,52	Circulante	320.538,01	434.316,28
Não Circulante	1.756.344,44	1.686.919,63	Não Circulante	35.548.000,36	48.718.218,12
			Patrimônio Líquido	8.734.746,24	2.005.765,75
TOTAL DO ATIVO	44.603.284,61	51.158.300,15	TOTAL DO PASSIVO	44.603.284,61	51.158.300,15

- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme, verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2018;
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2018; no valor de R\$ 198.681,02 (Cento e noventa e oito mil seiscentos e oitenta e um reais e dois centavos) e aplicações no valor de R\$ 46.194.055,97 (Quarenta e seis milhões cento e noventa e quatro mil cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos);
- Devedores Diversos - os saldos de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Não Circulante

- Bens Móveis e Imóveis - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2018, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.
- Almoxarifado - o saldo dos bens em Almoxarifado confere com a declaração do Setor de Almoxarifado de 31/12/2018. Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do almoxarifado estão em bom estado de conservação, podendo nelas ser armazenado o estoque.

Passivo Circulante

- Restos a pagar de 2018 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar estão em igualdade de valores.
- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Não Circulante

- Os saldos demonstrados no Balanço Patrimonial e na Avaliação Atuarial do exercício de 2018 estão em igualdade de valores.



Saldo Patrimonial

Em 2018, apurou-se um Patrimônio Líquido de R\$ 2.005.765,75 (dois milhões cinco mil setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 14

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2018			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)
Resultantes da Execução Orçamentária	17.513.899,88	Resultantes da Execução Orçamentária	25.869.909,17
Receita Orçamentária	17.487.699,73	Despesa Orçamentária	22.515.288,44
Mutações Patrimoniais	26.200,15	Mutações Patrimoniais	3.354.620,73
Independentes da Execução Orçamentária	1.939.741,38	Independentes da Execução Orçamentária	311.103,73
Total das Variações Ativas	19.453.641,26	Total das Variações Passivas	26.181.012,90
Déficit	6.727.371,64	Superávit	
TOTAL GERAL	26.181.012,90	TOTAL GERAL	26.181.012,90

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, resultante ou independente da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.
- Os valores referentes a créditos previdenciários e taxa de administração, incorporados ao patrimônio são referentes aos direitos a receber das contribuições patronais e do servidor em relação aos segurados das entidades patrocinadoras e do total das remunerações dos servidores ativos.

- Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados;
- O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2018 apurou-se um déficit de R\$ 6.727.371,64 (seis milhões setecentos e vinte e sete mil trezentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA EXERCÍCIO DE 2018

TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por Títulos	Nada a declarar					
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO DE 2018						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar 2017	312.893,51	0,00	0,00	312.893,51	0,00	0,00
Restos a Pagar 2018	0,00	258.104,94	0,00	0,00	0,00	258.104,94
Consignações	9.280,25	5.299.850,57	4.536,39	5.132.892,64	4.536,33	176.238,24
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	322.173,76	5.557.955,51	4.536,39	5.445.786,15	4.536,33	434.343,18

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações da entidade de curto prazo (Restos a Pagar, Consignações, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Os cancelamentos de saldos da Dívida Flutuante foram decorrentes de repasses financeiros das entidades, para que não figurem como dívida do Instituto para com as mesmas.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e consignações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Instituto de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2018 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.7. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 18

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULO	2017	2018
Disponível em Caixa e Bancos (A)	R\$ 39.482.661,79	R\$ 46.392.736,99
Passivo Financeiro (B)	322.173,76	434.343,18
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	R\$ 122.551,00	R\$ 106.811,00

O índice de pronta liquidez indica que para cada R\$1,00 de dívida em curto prazo de 2018 o Instituto possui disponível em Caixa e Bancos R\$106.811,00 (Cento e seis mil oitocentos e onze reais).

Quadro 19

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULO	2017	2018
Ativo Financeiro (A)	R\$ 42.837.282,52	R\$ 49.460.077,20
Passivo Financeiro (B)	R\$ 322.173,76	R\$ 434.343,18
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	R\$ 132.963,00	R\$ 113.873,00

O índice de liquidez imediata indica que para cada R\$1,00 de Passivo Financeiro de 2017 o Instituto possui disponível R\$ 113.873,00 (Cento e treze mil oitocentos e setenta e três centavos).

INDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULO	2017	2017
Ativo Real (A)	R\$ 44.603.284,61	R\$ 51.158.300,15
Passivo Real (B)	R\$ 35.870.174,12	R\$ 49.152.561,30
Índice de Liquidez Real (A/B)	R\$ 1,24	R\$ 1,04

O índice de liquidez real indica que para cada R\$1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2018 o Instituto possui **R\$ 1,04** (um real e vinte e quatro centavos) de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata diminuíram em 2018 se comparado com 2017, mas que ainda mantêm as contas públicas equilibradas, atendendo o determinado no §1º do art. 1º da LRF.

7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

O Controle Interno conferiu a composição dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2018. Vejamos:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EO 327 – Livraria e Papelaria Nobel Ltda.....	R\$	18,29
EO 328 – Livraria e Papelaria Nobel Ltda.....	R\$	8,61
TOTAL.....	R\$	26,90

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

SE 134 003 – Padaria Araçonga Ltda ME.....	R\$	221,68
SE 041 012 – Banco do Brasil S/A.....	R\$	335,21
SE 041 013 – Banco do Brasil S/A.....	R\$	161,84
SE 038 022 - Caixa Econômica Federal.....	R\$	343,40
SE 053 012 – Universalprev Software e Consultoria Ltda.....	R\$	3.942,28
EO 422 – IMAS – Instituto Mun. de Assistência ao Servidor.....	R\$	44,18
SE 135 003 – Padaria Araçonga Ltda ME.....	R\$	104,29
EO 420 – Larissa Lopes Guimarães.....	R\$	623,28
SE 042 012 – Banco do Brasil S/A.....	R\$	157,74
SE 042 013 – Banco do Brasil S/A.....	R\$	76,16
SE 040 021 – Caixa Econômica Federal.....	R\$	161,60
SE 054 012 - Universalprev Software e Consultoria Ltda.....	R\$	1.855,17
EO 421 – Larissa Lopes Guimarães.....	R\$	93,32
EO 423 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	10.914,39
EO 426 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	77.617,54
EO 430 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	59.297,99
EO 434 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	11.573,26

EO 429 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	718,63
EO 424 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	4.727,10
EO 427 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	41.743,95
EO 431 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	33.705,81
EO 433 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	4.382,25
EO 425 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	1.863,90
EO 428 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	2.739,36
EO 432 – Instituto Previd. Mun. Serv. Pul. Mun. de Viçosa.....	R\$	673,71
TOTAL.....	R\$	258.078,04

8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa com pessoal

8.1. Despesa com pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstrou-se no quadro abaixo os gastos com pessoal realizados os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

Quadro 21

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000		
<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>VALORES</u>	<u>%</u>
Receita Corrente Líquida	R\$ 3.414.473,58	100,00
Limite dos Gastos com Pessoal - Executivo	R\$ 1.843.815,73	54,00
Despesas com Pessoal	R\$ 708.792,09	20,80

A tabela acima demonstra que o Instituto obedeceu o limite máximo de 54% com despesas com pessoal não contrariando, portanto, o art. 20, inciso III, “b” da Lei nº 101/2000.

LEI Nº 1.544/2003

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>VALORES</u>	<u>%</u>
Taxa de Administração - Limite Exercício de 2018	R\$ 1.384.772,38	100,00
Limite dos Gastos com Pessoal	R\$ 830.863,43	60,00
Despesas com Pessoal	R\$ 708.792,09	51,20

Conforme pode ser observado acima o Instituto cumpriu a exigência imposta pelo o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.544/2003 que estabelece que as despesas com a folha de pagamento do IPREVI não pode ser superior a 60% do limite da taxa de administração no exercício.

9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 23

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2013		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
Saldo do exercício anterior		
Construção de ...		
Aquisição de ...		
Pagamento de benefícios dos segurados		
NADA A DECLARAR		
Totais		
Saldo para o exercício seguinte		

No exercício financeiro de 2018 não obtiveram recursos arrecadados por meio de alienação de bens.

10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos.

- CERTIFICAÇÃO -

Certifica-se que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado no quadro a seguir:

Quadro 24

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E NAS ENTIDADES MUNICIPAIS – EXERCÍCIO DE 2018			
REGISTRO NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		REGISTRO NAS ENTIDADES	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Ativo Circulante Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	0,00	Passivo Financeiro – Restos a Pagar	0,00
Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	3.067.340,21	Passivo Financeiro – Depósitos	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	0,00	Passivo Permanente - Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	0,00	Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna- Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência	0,00

O montante apresentado acima de R\$ 3.067.340,21 refere-se às contribuições previdenciárias da competência de 2018 que ficaram para serem repassadas no exercício de 2019, sendo R\$ 2.783.951,66 valores devido da Prefeitura Municipal de Viçosa; R\$ 263.488,72 valores devidos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; e R\$ 19.899,83 valores devidos do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.

Quadro 25

DESCRIÇÃO DA RECEITA	METAS DE ARRECA-DAÇÃO	VALOR ARRECADADO					TOTAL	%
		FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDEN-CIÁRIO	GESTÃO ADM. FUNDO FINANCEIRO	GESTÃO ADM. FUN PREVIDENCIÁRIO			
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV. ATIVO CIVIL	6.670.000,00	3.769.729,34	2.895.003,50	0,00	0,00	6.664.732,84	99,92%	
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PATRONAL	20.000,00	18.140,71	35.326,54	0,00	0,00	53.467,25	267,34%	
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL	4.477.000,00	2.498.976,20	1.922.435,90	0,00	0,00	4.421.412,10	98,76%	
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES SERVIDOR	20.000,00	11.036,75	23.451,64	0,00	0,00	34.488,39	172,44%	
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL	145.000,00	144.085,26	0,00	0,00	0,00	144.085,26	99,37%	
CONTRIBUIÇÃO PENSIONISTA CIVIL	6.000,00	2.163,16	0,00	0,00	0,00	2.163,16	36,05%	
CONTRIBUIÇÃO AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	810.000,00	784.950,39	0,00	0,00	0,00	784.950,39	96,91%	
REMUNERAÇÃO INVESTIMENTO RENDA FIXA	3.570.000,00	57.343,78	3.242.256,78	30.517,95	7.874,04	3.337.992,55	93,50%	
REMUNERAÇÃO INVESTIMENTO RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	50.838,98	0,00	0,00	50.838,98	-	
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.654.000,00	0,00	0,00	1.020.797,76	500.867,44	1.521.665,20	92,00%	
MULTAS E JUROS DE MORA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	14.925,35	6.186,30	21.111,65		
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS	201.000,00	435.742,53	10.519,03	0,00	0,00	446.261,56	222,02%	
OUTRAS RECEITAS - TAXA ADM.	7.000,00	0,00	0,00	4.530,40	0,00	4.530,40	64,72%	
TOTAL	17.590.000,00	7.722.168,12	8.179.832,37	1.070.771,46	514.927,78	17.487.699,73	99,42%	

12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuário.

Quadro 26

INFORMAÇÕES SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL
DATA- BASE DOS DADOS: 30 de dezembro de 2017
DATA DA AVALIAÇÃO: 31 de dezembro de 2017
DATA DA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO: 13 DE JULHO DE 2018
NOME DO ATUÁRIO: Adilson Moraes Costa
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 1.032 MTB/RJ – RG M-2.351.134 – CPF 00.820.597-06

13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

Quadro 27

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – EXERCÍCIO DE 2018	
NOME DA ENTIDADE DEVEDORA:	
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR NOMINAL)	R\$0,00
ÍNDICE UTILIZADO PARA CORREÇÃO DO CRÉDITO	R\$0,00
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR CORRIGIDO)	R\$0,00
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	R\$0,00
PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE CADA PARCELA	MENSAL
CRITÉRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS:	

Não ocorreu, no exercício de 2018, renegociação de dívida de natureza previdenciária.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

Quadro 28

AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO-EXERCÍCIO DE 2018					
PROCESSO	Nº	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE COMUNICAÇÃO AO TCE/MG	CAUSAS	RESULTADO
SINDICÂNCIAS		Nada a declarar.			
INQUÉRITOS		Nada a declarar.			
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS		Nada a declarar			

Não ocorreu, no exercício de 2018 danos causados ao erário.

15. Atendimento aos artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS nº 402/2008.

As contribuições do Município e as contribuições do pessoal civil, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente são utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do Instituto não sendo utilizados tais recursos para fins de assistência médica e financeira de

qualquer espécie, conforme determina o art. 14 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 do Ministério da Previdência Social.

No Município de Viçosa existe apenas um Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos e uma unidade gestora do respectivo regime, conforme determina o art. 10 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

Não foi celebrado nenhum convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre o Município e o Estado, conforme determina o art. 24 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da Instrução Normativa nº 09/2008.

A base de dados dos contribuintes e segurados ativos são atualizados através de importação de arquivos enviados pelos patrocinadores e armazenados em Sistema de Gerenciamento de Dados na sede do Instituto, e são gerenciados pela folhas de pagamento arquivadas no Instituto. E os dados dos inativos e pensionistas são atualizados através de recadastramento periódicos com prazo não superior a cinco anos.

No exercício de 2018 foram realizados pagamentos referentes às despesas a título de obrigações patronais para o Instituto Nacional do Seguro Social no valor de R\$ 40.113,96 (quarenta mil e cento e treze reais e noventa e seis centavos) referentes aos servidores não vinculados ao Instituto e prestadores de serviços pessoa física e para o Instituto de Previdência Municipal de Viçosa no valor de R\$ 38.589,16 (trinta e oito mil quinhentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) referente as obrigações patronais dos servidores vinculados ao IPREVI e R\$ 13.577,63 (Treze mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) obrigações patronais dos servidores vinculados ao IMAS – Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.

Os percentuais de contribuição, no exercício de 2018, se processou da seguinte forma: ativos 11%, inativos 11% e pensionista 11%.

18. Informação do valor do déficit do Instituto.

O valor do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa, de acordo com a Avaliação Atuarial de 2018 é de R\$ 7.928.610,10 (sete milhões novecentos e vinte e oito mil seiscentos e dez reais e dez centavos) para o Fundo Previdenciário. Os exercícios de 2017 e 2016 apresentaram déficit's nos

montantes de R\$ 1.588.189,45 e R\$ 477.604,78 respectivamente. Dessa forma, o atuário recomendou que o déficit do exercício em questão fosse financiado em 35 anos a um custo suplementar de 3,21% que será implementado, no exercício de 2019, através da Lei nº 2.733/2019 e de R\$ 918.496.007,14 (Novecentos e dezoito milhões quatrocentos e noventa e seis mil sete reais e quatorze centavos) do Fundo Financeiro que se encontra com insuficiência financeira, na qual existe a necessidade de transferências financeiras mensais para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários deste Fundo, conforme demonstrado no próximo item.

19. Informação dos valores recebidos a título de transferências financeiras para cobertura do déficit atuarial.

Quadro 29

REPASSE PARA COBERTURA DAS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS

COMPETÊNCIA	ENTIDADES			
	PMV	SAAE	CÂMARA	TOTAL
JANEIRO	R\$ 669.868,95	R\$ 57.284,57	R\$ 6.747,37	R\$ 733.900,89
FEVEREIRO	R\$ 690.749,57	R\$ 161.287,08	R\$ 6.747,37	R\$ 858.784,02
MARÇO	R\$ 714.615,38	R\$ 164.224,24	R\$ 6.747,37	R\$ 885.586,99
ABRIL	R\$ 766.130,14	R\$ 170.671,67	R\$ 6.747,37	R\$ 943.549,18
MAIO	R\$ 723.273,07	R\$ 158.613,12	R\$ 6.527,31	R\$ 888.413,50
JUNHO	R\$ 0,00	R\$ 169.339,00	R\$ 6.527,31	R\$ 175.866,31
1ª PARCELA 13º	R\$ 541.962,88	R\$ 107.230,12	R\$ 8.687,06	R\$ 657.880,06
JULHO	R\$ 807.893,54	R\$ 186.804,82	R\$ 7.497,89	R\$ 1.002.196,25
AGOSTO	R\$ 762.111,74	R\$ 187.540,99	R\$ 8.976,39	R\$ 958.629,12
SETEMBRO	R\$ 855.884,56	R\$ 184.006,31	R\$ 7.087,59	R\$ 1.046.978,46
OUTUBRO	R\$ 806.199,54	R\$ 175.870,00	R\$ 7.087,59	R\$ 989.157,13
NOVEMBRO	R\$ 823.395,65	R\$ 178.605,64	R\$ 7.087,59	R\$ 1.009.088,88
2ª PARCELA 13º	R\$ 621.672,50	R\$ 119.706,54	R\$ 0,00	R\$ 741.379,04
DEZEMBRO	R\$ 785.622,97	R\$ 142.973,63	R\$ 5.488,12	R\$ 934.084,72
TOTAL	R\$ 8.783.757,52	R\$ 2.021.184,10	R\$ 86.468,21	R\$ 11.825.494,55

O Fundo Financeiro de IPREVI apresenta, desde julho de 2015, insuficiência financeira que significa que as receitas arrecadadas mensalmente são inferiores às despesas com benefícios. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV, a Câmara Municipal de Viçosa - CMV e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE efetuam transferências

financeiras para cobertura desse déficit, correspondente à diferença entre as receitas e despesas realizadas a cada mês. O montante recebido no exercício de 2018 foi de R\$ 11.825.494,55 (Onze milhões oitocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentaram insuficiências financeiras, portanto, não participaram da transferência financeira para cobertura da insuficiência.

20. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 09/2008 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este Controle Interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos do Instituto com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial, financeira e atuarial do Instituto em 31 de dezembro de 2018, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Viçosa, 15 de março de 2019.


Cássia Maria Lopes Salgado
CPF: 051.751.696-96


Sebastião Adilson Franco
CPF: 805.040.946-53


Dênio José Viana
CPF: 423.584.426-15